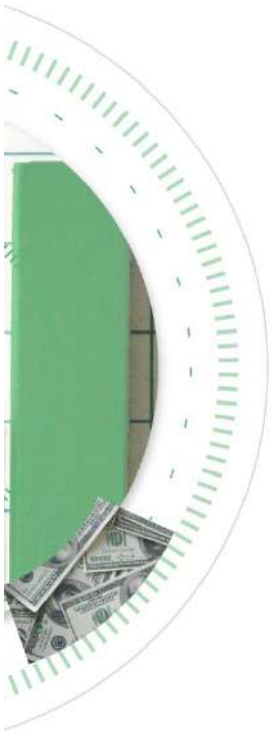
Comportamento Semanal de Mercado

25 de agosto a 1 de setembro

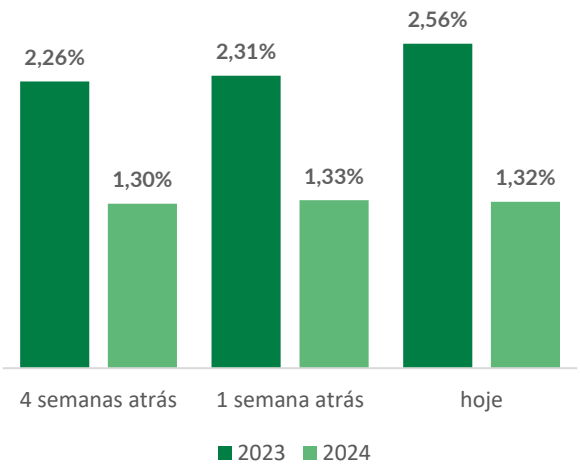


PIB surpreende

O PIB avançou 0,9% no 2T23, superando em muito as expectativas de um aumento de 0,3%. Com isso, as projeções no Boletim Focus de crescimento para 2023 avançaram na semana de 2,31% para 2,56%. Graças ao carregamento estatístico, o indicador nas próximas edições deverá aproximar-se de 3,0%. Em relação ao 1T23, quando o crescimento se baseou fundamentalmente no setor agropecuário, houve uma composição qualitativa melhor. Ademais, a preocupação com o baixo dinamismo dos investimentos deve ser mitigada com a recente melhora das condições financeiras, o início do ciclo de flexibilização monetária e a dissipação das incertezas. Com a robustez do PIB no 2T23, reduziram-se as chances de uma aceleração no ritmo de corte da Selic sinalizado pelo Copom, assim a taxa real de juros *ex-ante* subiu 0,02 p.p. para 6,62% a.a., patamar contracionista quando comparado a taxa de juros neutra de 4,5% a.a., indicada pelo Banco Central. Porém, apesar da surpresa positiva, houve na comparação interanual uma desaceleração de 3,7% no 2T22 para 3,4%. Essa tendência é preocupante, pois pode aumentar o desafio de que o governo terá para cumprir a meta de ter o déficit primário zerado no próximo ano, como já se pôde ver nos dados fiscais mais recentes. Os números de julho mostraram no Caged uma diminuição no ritmo de criação de vagas líquidas. Contudo, a Pnad Contínua mostrou uma redução de -1,2 p.p. em 12 meses para 7,9% no trimestre móvel encerrado em julho, o menor patamar desde fev/15, quando era de 7,5%. Nos EUA, a revisão do crescimento do PIB no 2T23 de 2,4% a.a. para 2,1% a.a. e o aumento na taxa de desemprego no payroll de 3,5% para 3,8% mostraram um cenário menos propenso a apertos monetários adicionais, reduzindo o horizonte para a flexibilização, o que levou à queda nos retornos das *T-Notes* e diminuição da aversão ao risco, com ganhos nas principais bolsas internacionais e recuperação nas *commodities* metálicas e energéticas, ancoradas também em uma nova rodada de estímulos econômicos na China. Para esta semana, foco nos dados da PIM e no panorama da economia norte-americana com o livro Bege.

Expectativas

PIB - Mediana das projeções (a.a.)



Fonte: BCB/Focus. Elaboração ABBC

Respondendo à surpresa positiva do PIB do 2T23, a mediana das projeções no Boletim Focus para o crescimento da atividade econômica para esse ano avançou de 2,31% para 2,56%, devendo nas próximas edições aproximar-se de 3,0%. Para 2024, a estimativa oscilou de 1,33% para 1,32%, enquanto para 2025 permaneceu em 1,90%. No curto prazo, as previsões do IPCA para agosto oscilaram de 0,25% para 0,26%, para setembro de 0,40% para 0,41% e as para outubro seguiram em 0,39%. Assim, o IPCA projetado para 2023 acelerou ligeiramente de 4,90% para 4,92%. Para 2024, horizonte relevante da política monetária, as previsões ampliaram-se de 3,87% para 3,88%, enquanto para 2025 mantiveram-se em 3,50%. As precificações das NTN-Bs voltaram a indicar queda na inflação implícita para o prazo de 1 ano de 4,26% para 4,15%, a de 2 anos passou de 4,65% para 4,61% e a para o de 3 anos de 4,99% para 4,93%. As previsões para as taxas de câmbio se mantiveram em R$/US$ 4,98 ao fim de 2023, em R$/US$ 5,00 ao término de 2024 e em R$/US$ 5,10 para 2025.

Sem alterações, o Focus projeta 3 cortes de -0,50 p.p. para a Selic encerrar 2023 em 11,75% a.a.. O ciclo se expandiria para os anos de 2024 e 2025, com as taxas terminando em 9,00% a.a. e 8,50% a.a., respectivamente. A Pesquisa Focus com as distribuições de frequência das expectativas de mercado apontou, em 31/08, que 84,5% dos respondentes projetavam que a Selic terminará 2023 na faixa de 11,25% e 11,75% a.a.. Em 31/07, esse percentual era de apenas 26,8%, com 60,9% apostando que a Selic findaria 2023 no patamar entre 11,75% a.a. e 12,25% a.a.. Indicando um ceticismo com o cumprimento da meta estipulada pelo novo arcabouço fiscal, a mediana das projeções para o déficit primário em relação ao PIB para 2023 seguiu em -1,00%. Contudo, houve melhoras para 2024 ao recuar de -0,75% do PIB para -0,71% e de -0,60% do PIB para -0,55% para 2025.

Internacional

Os novos sinais de que a economia dos EUA está desacelerando e o mercado de trabalho desaquecendo alimentaram as apostas de que o aperto monetário será menos intenso para que a inflação convirja à meta de 2,0%. Mesmo com a criação de 187 mil vagas de emprego fora do setor agrícola em agosto, superando em 17 mil o número esperado, a taxa de desemprego medida pelo *payroll* avançou para 3,8% em agosto, ante 3,5% em jul/23. O aumento no desemprego relacionou-se com a elevação na participação da força de trabalho, que subiu de 62,6% para 62,8%. Ademais, houve a revisão no número de criação de vagas em jul/23 de 187 mil para 157 mil. Os ganhos salariais também ficaram abaixo dos aguardados, o que tende a diminuir as pressões inflacionárias. O salário médio por hora desacelerou a alta para 0,2% no mês, depois de ter subido 0,4% em jul/23, acumulando ganhos de 4,3% a.a. (4,4% a.a. em jul/23).

A mesma tendência de enfraquecimento do mercado de trabalho foi confirmada no relatório Jolts, com a quantidade de vagas em aberto na economia americana recuando de 9,6 milhões em jun/23 para 8,8 milhões. Ademais, o emprego no setor privado medido pela ADP diminuiu para 177 mil vagas em agosto, bem abaixo das 324 mil abertas em julho e das 200 mil projetadas. Em relatório semanal, os pedidos de seguro desemprego continuam em níveis baixos para padrões históricos, em 228 mil na semana encerrada em 26 de agosto, 4 mil abaixo da semana anterior.

A 2ª leitura do PIB dos EUA mostrou um menor crescimento da economia, de 2,1% a.a. ante 2,4% a.a. previstos anteriormente. A revisão do número, refletiu, de um lado, o enfraquecimento nos componentes de estoques privados e investimentos fixos não-residenciais, e por outro, o ajuste para cima nos componentes de consumo privado e gastos do governo.

Por sua vez, a inflação ainda se mostra alta e persistente. O índice de preços de gastos com consumo (PCE) aumentou 0,2% na margem em jul/23. O núcleo, que exclui alimentos e energia, também subiu 0,2%. Em 12 meses, o PCE e o núcleo aceleraram de, respectivamente, de 3,0% para 3,3% e de 4,1% para 4,2%, bem acima da meta de 2% do Federal Reserve (Fed).

Já a atividade industrial dá sinais incipientes de melhora. Com um avanço nos últimos 2 meses, o índice de gerentes de compras (PMI) do setor manufatureiro, do Instituto ISM, cresceu 1,2 pt. em agosto ante jul/23, para 47,5 pts., ainda em patamar contracionista. Na decomposição do índice, a demanda e o emprego permanecem fracos e a produção estável.

Ainda, a renda e o consumo das famílias nos EUA seguiram elevados em julho, com o aumento de 0,2% na renda e de 0,8% no consumo, esse último puxado pelos gastos com serviços (0,8%) e bens (0,7%). A confiança do consumidor do *Conference Board* caiu de 114,0 pts. em jul/23 para 106,1 pts., bem abaixo da estimativa de 116 pts., refletindo os juros altos nos EUA e a perspectiva menos favorável para o mercado de trabalho.

Na Zona do Euro, a confiança na economia continuou diminuindo. O índice de sentimento econômico, medido pela Comissão Europeia, caiu -1,2 pt. na prévia de julho para 93,3, com a queda nos setores de manufatura e serviços. A inflação mostrou-se, ainda,, pressionada. Os números prévios apontaram que a inflação ao consumidor (CPI) ficou estável em 5,3% a.a. em agosto. O núcleo também ficou em 5,3% a.a., um pouco abaixo dos 5,5% a.a. verificados em jul/23. O aumento da inflação na Espanha, de 2,1% a.a. em jul/23 para 2,4% a.a. em agosto, e na Alemanha (5,8% a.a. em jul/23 para 5,9% a.a.) elevaram as preocupações sobre mais aumento de juros na região. E em linha com as expectativas, a confiança do consumidor europeu caiu de -15,1 em jul/23 para -16,0 em agosto.

Na China, os indicadores antecedentes emitiram sinais mistos. Em agosto, o PMI composto acelerou de 51,1 pts. em jul/23 para 51,3 pts., favorecido pela melhora no desempenho da manufatura que, apesar de se manter em patamar contracionista (49,7 pts.), apontou uma alta em relação a jul/23 (49,3 pts.), indicando uma recomposição na demanda. Por sua vez, o indicador não industrial recuou de 51,5 pts. em jul/23 para 51,0 pts.. Para conter a crise imobiliária, o país lançou novas medidas como uma redução na entrada mínima exigida para aqueles que compram sua primeira ou a segunda residência no país, além de cortar juros sobre as hipotecas existentes. No lado fiscal, governos locais aumentaram a emissão de títulos especiais voltados principalmente aos investimentos em obras de infraestrutura.

Aversão ao Risco

Com os indicadores econômicos sinalizando um desaquecimento no mercado de trabalho e da atividade nos EUA e um cenário mais favorável para a China, houve uma redução na aversão ao risco na semana. Assim, o Monitoramento da CME mostrava que as chances de que o Fed mantivesse a taxa básica de juros inalterada em setembro superavam 90%. Adicionalmente, houve também aumento das apostas da antecipação do corte de maio para março de 2024.

Ao aumentar a probabilidade de que não ocorra um aperto monetário adicional e reduzir o horizonte para o início da flexibilização, as rentabilidades das *T-Notes* reduziram-se no período. A de 2 anos caiu -0,16 p.p. para 4,87% a.a., a de 5 anos em -0,15 p.p. para 4,29% a.a., a de 10 anos em -0,07 p.p. para 4,18% a.a..

A melhora no ambiente redundou em ganhos nas principais bolsas internacionais, com destaques para as elevações semanais de 3,4% no Nikkei, de 3,2% na Nasdaq, de 2,5% na S&P 500, de 2,3% na Xangai, de 1,7% na FTSE 100, de 1,4% no Dow Jones e de 1,3% no DAX 40.

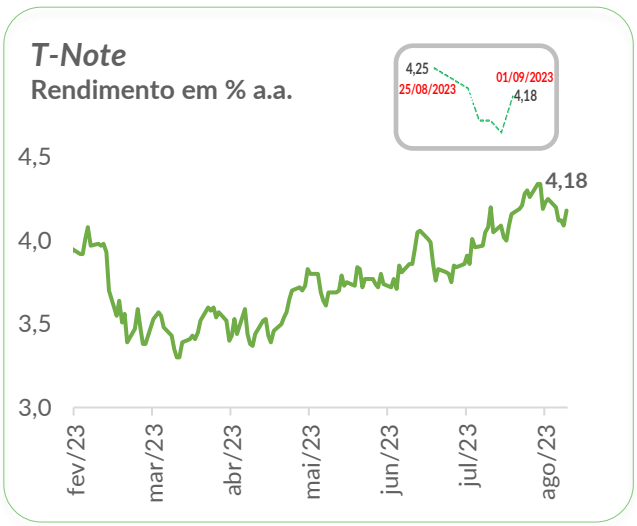
Mesmo com a inflação resiliente, os PMIs, abaixo dos 50 pts., reforçaram a visão de uma atividade mais fraca na Zona do Euro, o que teria impacto na evolução da política monetária praticada pelo Banco Central Europeu (BCE). Com isso, os retornos dos *bonds* alemães exibiram quedas semanais de -0,04 p.p. para 2,98% a.a. no de 2 anos, de -0,06 p.p. para 2,53% a.a. no de 5 e de -0,01 p.p. para 2,55% a.a. no de 10 anos. Por sua vez, no Reino Unido, houve altas de 0,16 p.p. para 5,16% a.a. no de 2 anos, de 0,19 p.p. para 4,70% a.a. no de 5 e redução de -0,01 p.p. para 4,43% a.a. no de 10 anos.

Os novos estímulos do Banco do Povo na China, reduzindo pela metade o imposto pago para investir em ações no país, deram novo fôlego às bolsas, o que conjugado com a melhora da aversão ao risco, ajudou na recuperação dos preços das *commodities* metálicas e energéticas, com as altas de 1,9% na cotação do minério de ferro negociado em Qingdao e de 4,8% no barril de petróleo tipo Brent. Já o preço da saca de soja na bolsa de Chicago caiu -1,8% no mesmo período.

A despeito dos dados fiscais piores, com a arrecadação mais fraca em julho, o cenário doméstico foi positivo na semana, refletindo o cenário externo mais favorável e o otimismo com a atividade econômica, após a surpresa positiva do PIB no 2T23. Na semana, o risco soberano, medido pelo CDS de 5 anos, recuou -10,1 bps. para 166,4 bps.. O Ibovespa, beneficiado pelo desempenho de empresas exportadoras de *commodities*, encerrou com uma alta de 1,8%.

Bolsas Internacionais

Bolsas	Em pts	Variação		
	01/09/2023	Semana	Mês	12 meses
Bovespa	117.893	1,8%	-2,5%	6,8%
Nasdaq	14.032	3,2%	0,4%	19,1%
S&P	4.516	2,5%	0,1%	13,8%
Dow Jones	34.838	1,4%	-1,3%	10,0%
FTSE 100	7.465	1,7%	-1,3%	4,4%
DAX 40	15.840	1,3%	-1,1%	25,4%
Nikkei 225	32.711	3,4%	0,0%	18,3%
Xangai	3.133	2,3%	-3,9%	-1,6%



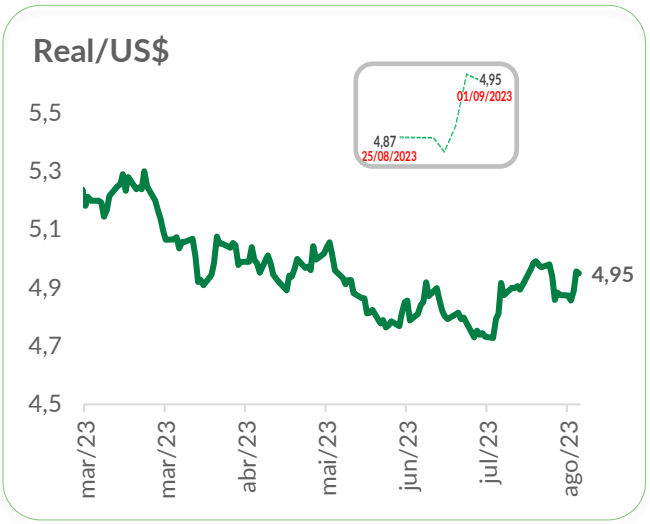
Fonte: Bloomberg. Elaboração ABBC

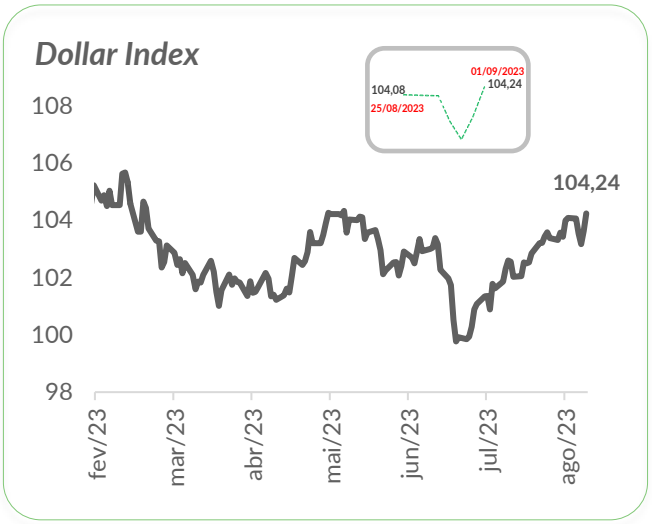
Câmbio

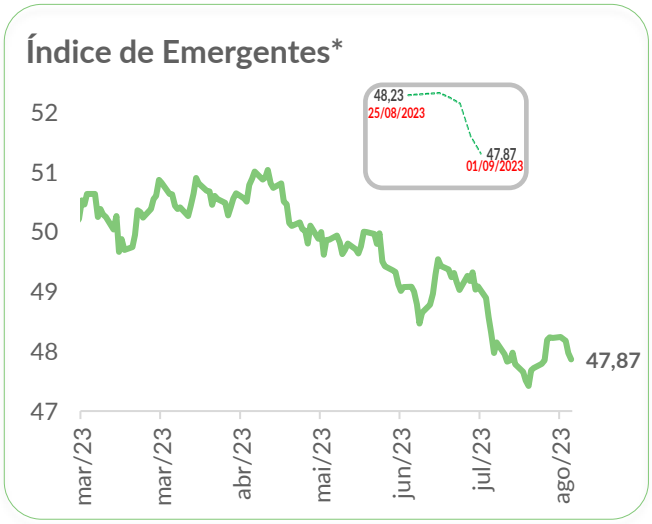
Apesar da melhora na aversão ao risco e da queda no retorno das *T-Notes*, o dólar se fortaleceu na semana. O *Dollar Index*, que mede o desempenho da divisa norte-americana em relação às dos países desenvolvidos, subiu 0,15% na semana, refletindo a depreciação de 0,15% no euro e a apreciação de 0,10% na libra esterlina.

Mesmo com a valorização das *commodities* metálicas e energéticas, o índice que calcula a variação de uma cesta de moedas dos países emergentes frente ao dólar exibiu contração de -0,75%, com destaques para as depreciações de 2,04% no peso mexicano, de 1,42% no rublo russo, de 1,15% no rand sul-africano e para a apreciação de 1,71% no peso colombiano.

Com maior volatilidade no período, o real se depreciou em 1,53%, com o dólar cotado a R$ 4,95. Ainda na semana, o Banco Central atuou no mercado cambial com a rolagem dos *swaps* cambiais com o vencimento em 02/10/2023.







Fonte: Bloomberg/BCB. Elaboração ABBC

***Cesta de Moedas de países emergentes:**
Lira turca, Rublo russo, Rand sul-africano, Florim húngaro, Real, Peso mexicano, Peso chileno, Reminbi chinês, Rupia indiana e Dólar de Singapura.

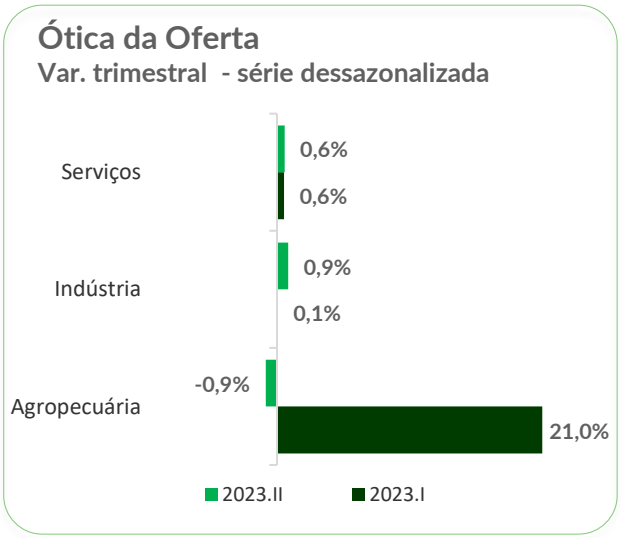
PIB – 2T23

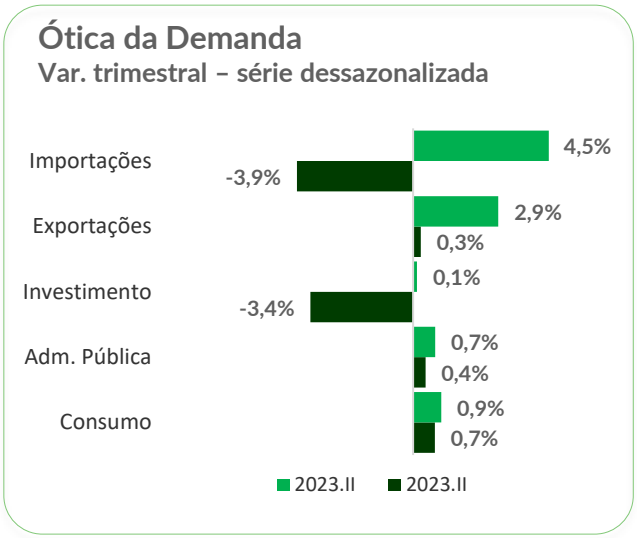
Na série com ajuste sazonal, o PIB do 2T23 avançou 0,9% na margem, superando em muito a mediana das expectativas de um aumento de 0,3%, compiladas pela Agência Estado. Com isso, o indicador manteve-se 7,4% acima do patamar verificado no 4T19, período anterior à pandemia. Na comparação interanual houve uma ligeira desaceleração de 3,7% no 2T22 para 3,4% e no acumulado em 4 trimestres de 3,3% para 3,2%. Por fim, com um carrego estatístico de 3,1%, as projeções para o crescimento em 2023 deverão se aproximar desse número.

Pelo lado da oferta, o setor de serviços que responde por aproximadamente 65,7% do PIB, manteve o crescimento de 0,6% observado no 1T23. O avanço no período foi impulsionado pelos grupos Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos e Outros serviços (1,3%). A Indústria acelerou a sua expansão de 0,1% para 0,9% no 2T23, alavancada pelo aumento de 1,8% da indústria extrativa. Após a significativa expansão de 21,0% no 1T23, por conta da safra recorde de grãos, a agropecuária contraiu-se em -0,9% no 2T23, redução bem menor do que a esperada pelos analistas.

Pelo lado da demanda, a expansão do consumo das famílias acelerou na margem de 0,7% no 1T23 para 0,9%. As Despesas da administração pública cresceram 0,7%, após uma alta de 0,4% no 1T23, enquanto os investimentos registraram uma ligeira alta de 0,1% no 2T23, após uma queda de -3,4% no 1T23. As exportações cresceram 2,9% contra 0,3% no 1T23 e as importações 4,5% ante -3,9% no 1T23.

Em relação ao 1T23, o resultado apresentou uma composição qualitativa melhor, caracterizada pela sustentação do avanço dos serviços e do consumo. A preocupação com o ritmo dos investimentos deve ser relativizada pelas circunstâncias que permearam ambiente econômico e político nos últimos meses. A expectativa é de que a recente melhora das condições financeiras e a dissipação das incertezas devam reverter esse quadro. Para o consumo, o viés prospectivo é positivo, com o impacto da trajetória benigna da inflação de alimentos sobre a renda disponível, da taxa de desemprego menor, da recomposição da massa salarial real e das medidas de sustentação de renda do Governo. Ainda que com defasagem, o início do ciclo de flexibilização monetária deve também ajudar.





Fonte: IBGE. Elaboração ABBC

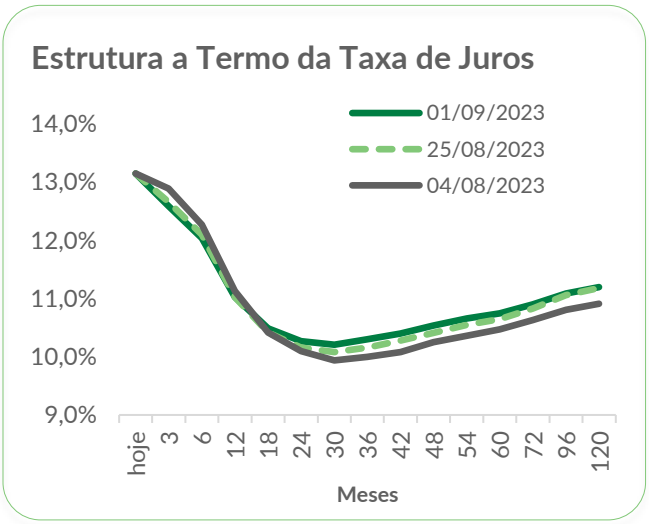
Taxa de Juros

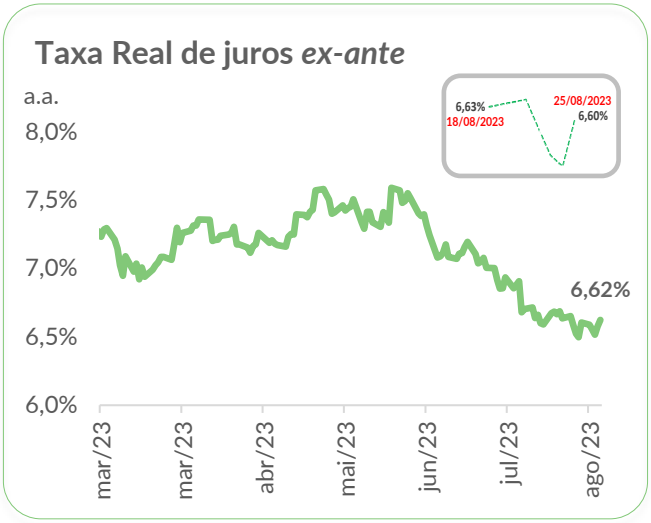
A Estrutura a Termo da Taxa de Juros encerrou a semana com elevações nos prêmios da maioria dos vértices, entretanto com maior intensidade nos intermediários em relação ao dos mais longos. Mesmo com a queda das chances de uma aceleração no ritmo de corte da Selic, as taxas de juros de curto prazo apresentaram ligeiras quedas.

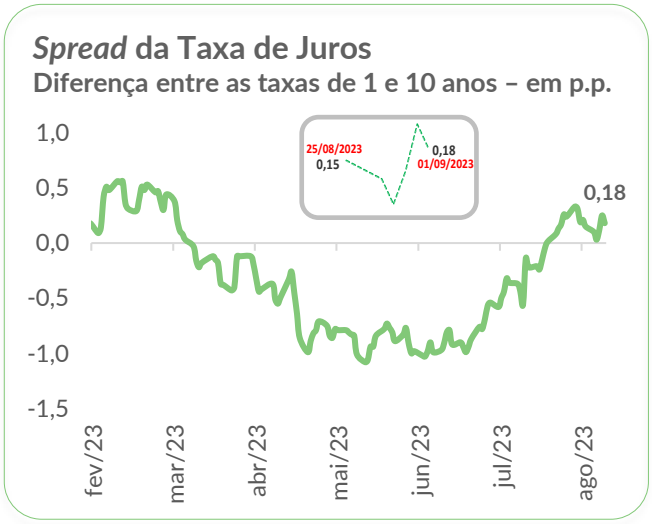
Em relação ao fechamento da semana anterior, a taxa de 3 meses recuou de 12,66% a.a. para 12,59% e a de 6 meses de 12,10% a.a. para 12,04%. A taxa de 1 ano fechou com estabilidade em 11,03% a.a.. Com elevações, na mesma base comparativa, a taxa de 2 anos saiu de 10,16% a.a. para 10,27%, a de 3 de 10,16% a.a. para 10,30%, a de 4 de 10,41% a.a. para 10,54%, a de 5 de 10,65% a.a. para 10,75% e a de 10 anos saiu de 11,18% a.a. para 11,20%.

Com a estabilidade da taxa do *swap* DI prefixado de 360 dias na semana e a queda de -0,02 p.p. da inflação esperada para os próximos 12 meses para 4,13%, a taxa real de juros *ex-ante* subiu 0,02 p.p. para 6,62% a.a., patamar contracionista quando comparado a taxa de juros neutra indicada pelo Banco Central.

Por fim, a medida de risco calculada pelo *spread* entre as taxas prefixadas de 10 anos e de 1 ano, negociadas na B3, subiu 0,03 p.p. na semana para 0,18 p.p.. Já o diferencial das taxas pré de 10 anos e de 1 ano, na negociação de título públicos na Anbima, ficou estável na semana em 0,34 p.p..







Fonte: Bloomberg/B3. Elaboração ABBC

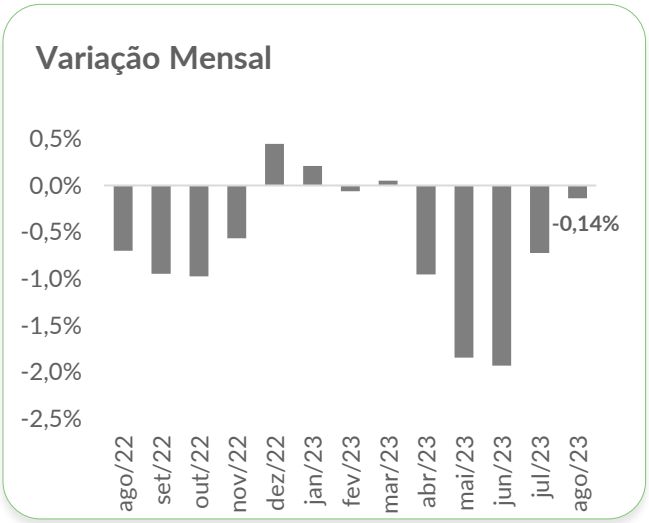
IGP-M – Ago/23

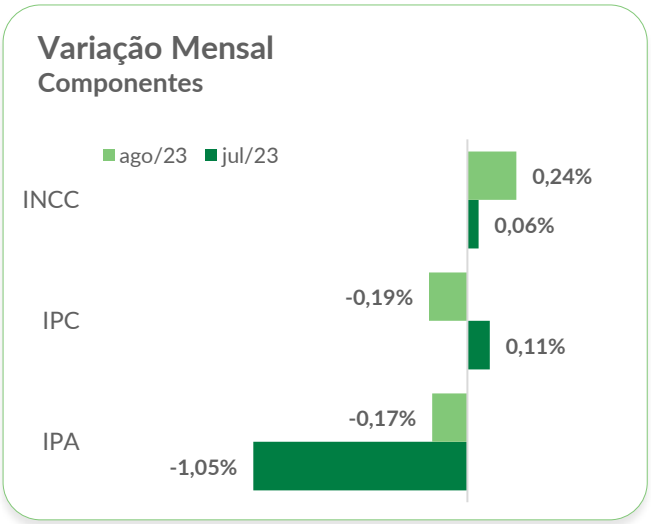
Ainda com uma dinâmica benigna, o IGP-M registou uma baixa de -0,14% em agosto, após uma contração de -0,72% em jul/23. A menor deflação mensal refletiu o avanço de preços dos produtos agrícolas e insumos industriais importantes, como a soja e o óleo diesel. Em termos anualizados, a deflação era de -7,20% a.a. (7,72% a.a. em jul/23 e 8,59% a.a. em ago/22). Nos próximos meses, a expectativa é de que o cenário ainda benigno de custos para a indústria deve continuar contribuindo para a desinflação de bens ao consumidor.

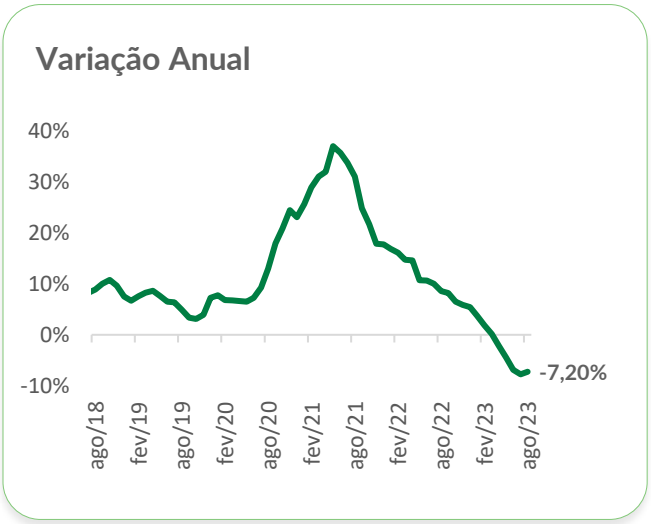
Após cair -1,05% em jul/23, o IPA suavizou a queda para -0,17% em agosto, acumulando uma redução de -11,00% a.a. (-11,47% a.a. em jul/23 e 8,65% a.a. em ago/22). Dentre os estágios de processamento, as matérias primas brutas tiveram alta de 0,42%, ante uma queda de -0,90% em jul/23, com o movimento influenciados pelos grãos. Os bens intermediários apontaram uma queda de -0,22% frente -1,19% em jul/23, com o aumento de custos no subgrupo combustíveis e lubrificantes para produção. Enquanto os bens finais desaceleraram a queda de 1,06% em jul/23 para 0,69%.

Oscilando de uma alta de 0,11% em jul/23 para uma queda de -0,19%, o IPC teve 6 das 8 classes de despesas que o compõem registrando decréscimo em suas taxas de variação. A maior contribuição partiu do grupo Educação, Leitura e Recreação (1,15% para -1,19%) favorecido pelo comportamento do item passagem aérea, cujo preço variou -8,72%, ante 5,88%, na edição anterior. Em 12 meses, o IPC acumulou alta de 3,81% a.a. (2,78% a.a. em jul/23 e 6,93% a.a. em ago/22).

Por fim, o INCC variou 0,24% em agosto ante 0,06% em jul/23. Os três grupos componentes do INCC registraram as seguintes variações mensais: Materiais e Equipamentos (-0,26% para -0,11%), Serviços (0,77% para 0,22%) e Mão de Obra (0,38% para 0,71%). Em termos anuais, o INCC era de 3,06% a.a. (3,15% a.a. em jul/23 e 11,40% a.a. em ago/22).







Fonte: IBGE/CAGED.. Elaboração ABBC

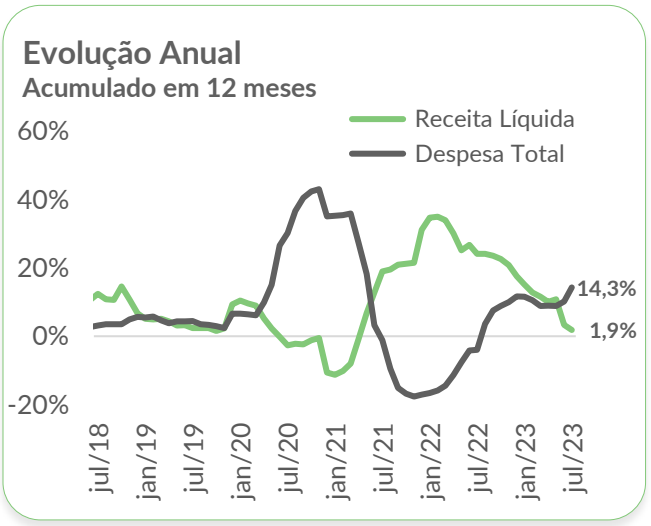
Fiscal – Jul/23

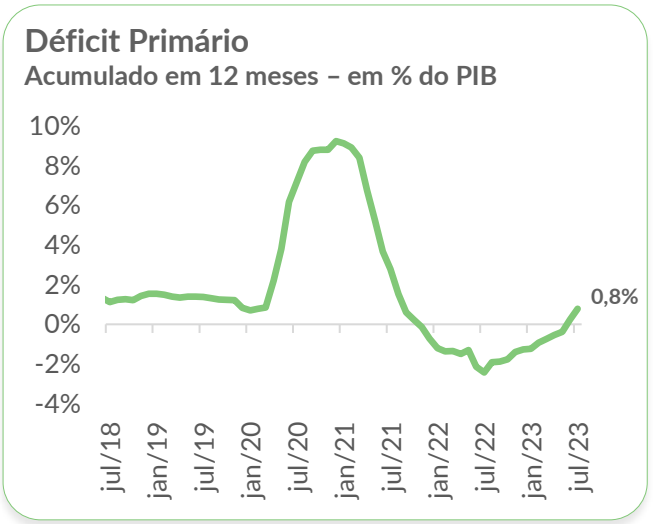
Os dados fiscais de julho evidenciaram o desafio de que o governo terá para cumprir a meta de ter o déficit primário zerado no próximo ano. Em julho, o setor público consolidado registrou um déficit primário de R$ 35,8 bilhões ante um déficit de R$ 48,9 bilhões em jun/23 e um resultado positivo de R$ 20,4 bilhões em jul/22. No mês, as empresas estatais registraram um superávit de R$ 904 milhões e déficits de R$ -32,5 bilhões para o governo central e de R$ -4,2 bilhões para os regionais.

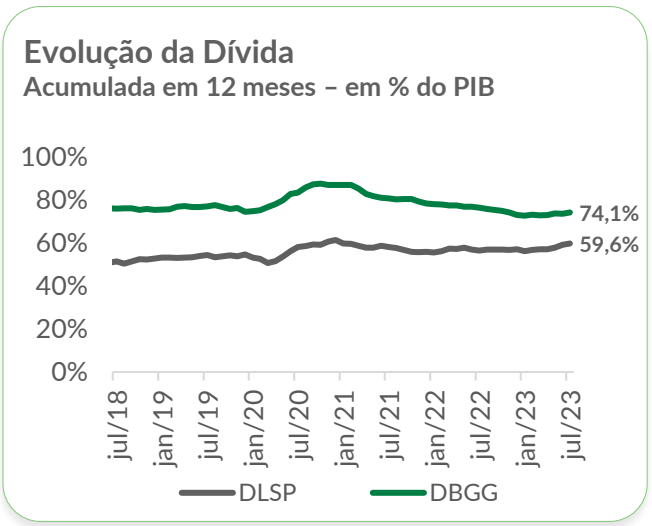
Com isso, o déficit primário acumulado em 12 meses aumentou de -0,2% do PIB em jun/23 para -0,8%. Em jul/22, o resultado era de um superávit de 2,4% do PIB. Na mesma base de comparação, a conta de juros nominais fechou em 6,2% do PIB, mantendo mesmo patamar observado em jun/23 e jul/22. O déficit nominal encerrou em -7,0% do PIB contra 6,4% em jun/23 e -3,8% do PIB em jul/22.

Ademais, as despesas totais acentuaram seu ritmo de crescimento, com uma alta mensal de 2,8% contra 0,8% no mês anterior, levando a evolução anual sair de 10,2% a.a. em jun/23 para 14,3% a.a.. Em jul/22 era observada uma queda de -4,0% a.a.. Por sua vez, as receitas líquidas recuaram -0,1% na margem após uma retração mensal de -2,4% em jun/23, reforçando a necessidade de um reforço nas fontes de receita para o próximo ano. O crescimento anual das receitas líquidas acumuladas em 12 meses desacelerou de 3,3% a.a. em jun/23 para 1,9% a.a. (24,1% a.a. em jul/22).

Por fim, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) acumulada em 12 meses, como proporção do PIB, acumulou altas de 0,6 p.p. no mês e de 3,2 p.p. em 12 meses para 59,6%. Já a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) acumulada em 12 meses subiu 0,5 p.p. na margem, mas com uma queda de -2,3 p.p. em 12 meses, finalizando em 74,1% do PIB.







Fonte: BCB. Elaboração ABBC

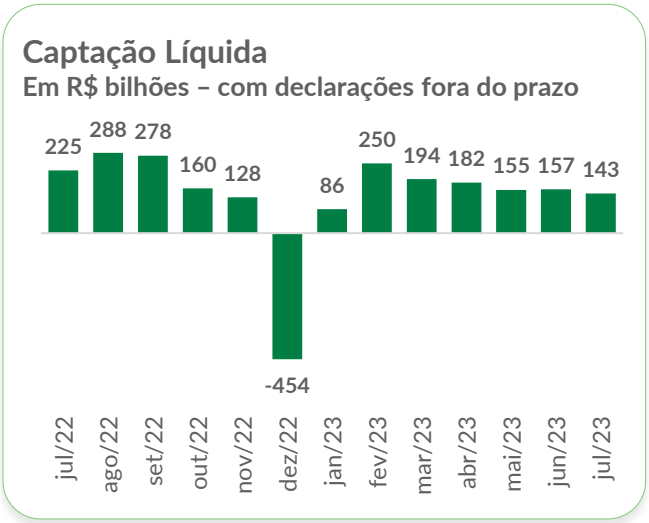
Emprego – Jul/23

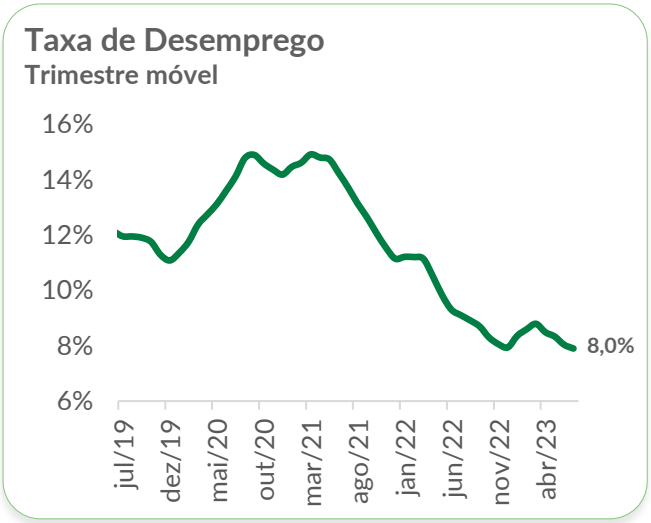
Os dados do mercado de trabalho trouxeram números positivos em julho, embora no que tange à evolução futura devam ser vistos com alguma reserva. O Caged reportou a criação liquida de 142,7 mil postos de trabalho, fruto de 1.883,2 mil admissões e 1.740,5 mil demissões. Os destaques ficaram para os setores de serviços (+56,3 mil), comércio (+26,7 mil) e construção (+25,4 mil).

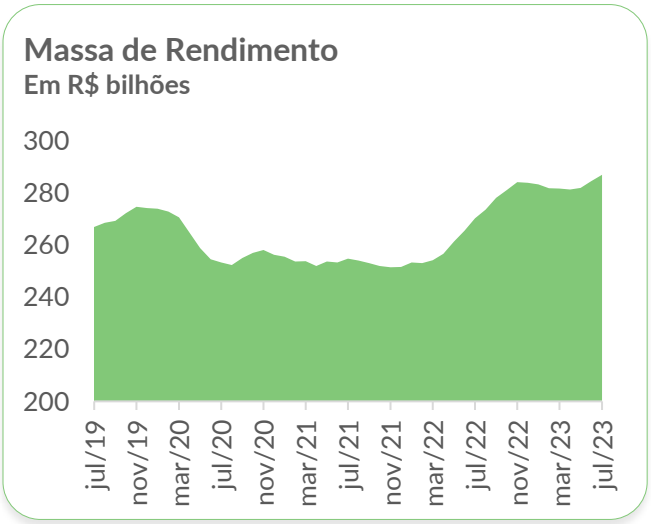
O saldo acumulado no ano alcançou 1.166,1 mil postos. Contudo, a série com o acumulado em 12 meses mantém trajetória de queda, encerrando em 1.566,8 mil vagas. O estoque de empregos com carteira assinada ficou em 43,6 milhões de vínculos, o que representou uma alta de 0,3% na margem e 3,7% em 12 meses.

A taxa de desemprego, segundo a Pnad Contínua com os dados do trimestre findo em julho, ficou em 7,9% da população ativa, acumulando retrações de -0,6 p.p. em relação ao trimestre móvel fechado em abr/23 de -1,2 p.p. em 12 meses. Essa é a menor taxa de desemprego desde o trimestre findo em fev/15, quando o indicador estava em 7,5%.

O total de ocupados alcançou 99,3 milhões de pessoas, com elevação de 1,3% no trimestre móvel e de 0,7% em 12 meses. Com forte queda de -6,3% no mesmo período e de -13,8% ao fechado em jul/22, o total de desocupados ficou em 8,5 milhões. Com a evolução favorável, a taxa de participação aumentou 0,3 p.p. em comparação ao trimestre anterior para 61,7%. Porém com queda -0,9 p.p. em 12 meses, o indicador encontrava-se bem abaixo da média verificada em 2019 de 63,6%, o que pode ser um sinal de que a taxa de desemprego esteja subestimada. Por fim, o total de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas totalizou 5,2 milhões, ficando estável no trimestre móvel, mas com redução de -20,5% no ano. A taxa de subutilização ficou em 17,8%, sendo quedas de -0,7 p.p. no trimestre e de -3,1 p.p. na comparação anual. Com uma estabilidade no trimestre e uma queda de -13,4% no ano, o total de desalentados foi de 3,7 milhões. Por fim, elevando-se 2,0% no trimestre e 6,2% no ano, a massa de rendimento habitual de todos os trabalhos alcançou R$ 286,9 bilhões, o recorde da série iniciada em mar/12, comportamento positivo para a sustentação do consumo das famílias.







Fonte: Pnad Contínua/Caged. Elaboração ABBC

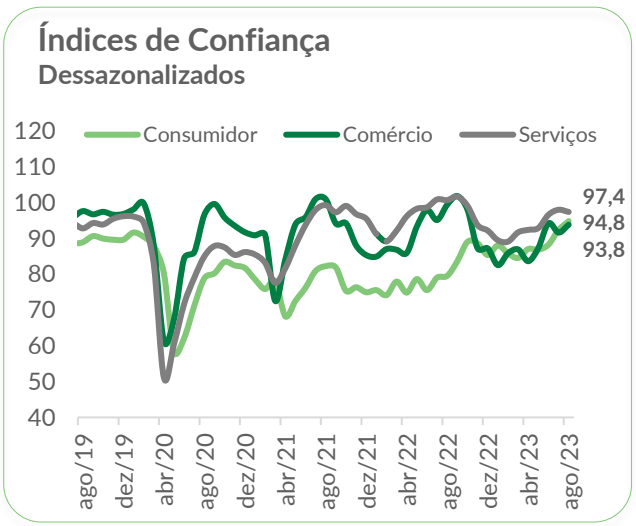
Sondagens FGV – Ago/23

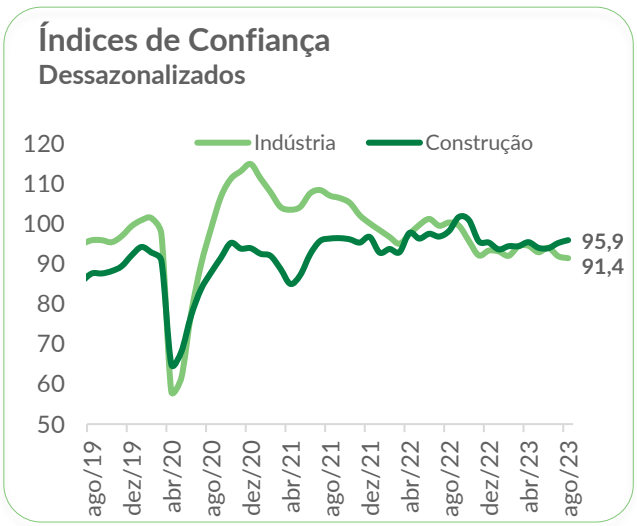
As sondagens de confiança da FGV para agosto trouxeram resultados distintos. Ao recuar -0,6 pt. para 97,4 pts., o índice para o setor de Serviços deu sinais de inflexão na tendência de crescimento que o setor vinha apresentando desde mar/23. O movimento pode ser explicado pela piora da satisfação dos empresários sobre o momento atual (-1,0 pt.), diretamente relacionada com uma redução da demanda, e a deterioração nas perspectivas futuras (-0,3 pt.).

Resultante da piora da percepção sobre a situação presente (-2,7 pts.), por causa da taxa de juros e do endividamento nas famílias em patamares elevados que dificulta a recuperação da demanda e leva as empresas a ter um nível alto de estoques, a sondagem industrial apontou uma queda de -0,5 pt. para 91,4 pts. em agosto, o pior nível desde ago/20 (89,8 pts.). Ademais, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) reduziu-se em -0,2 p.p. para 80,8%.

Motivado pela melhora das perspectivas dos empresários em relação aos próximos meses (+7,6 pts.) com o processo desinflacionário, as perspectivas de redução na taxa de juros e as medidas governamentais para redução do endividamento, o índice para o comércio cresceu 2,2 pts. para 93,8 pts., recuperando parte da perda de -2,6 pts. em jul/23, Na contramão, o índice de condições atuais caiu -3,4 pts.. Com uma alta de 0,7 pt., o índice da construção atingiu 95,9 pts. favorecido tanto pela melhora nas avaliações sobre o momento atual (+0,6 pt.) quanto pelas perspectivas para os próximos meses (+0,7 pt.). Contudo, a alta não ocorreu em todos os segmentos, com o destaque positivo para o segmento de Preparação de Terrenos, ao passo que o de infraestrutura recuou. O NUCI cedeu -0,5 p.p. para 79,0%.

Do lado dos consumidores, ao crescer 2,0 pts. para 96,8 pts. em ago/23, o indicador de confiança atingiu o maior nível desde fev/14. O resultado foi influenciado, principalmente, pela melhora da percepção dos consumidores sobre a situação atual e pelas expectativas ligeiramente mais otimistas em relação ao futuro, como reflexo do arrefecimento da inflação, da recuperação da renda do trabalho e das expectativas mais positivas com os programas voltados para a quitação de dívidas. O índice de situação atual aumentou 4,6 pts., enquanto o de expectativas subiu 0,2 pt..





Fonte: FGV.. Elaboração ABBC

Projeções Macroeconômicas - ABBC

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023E	2024E
Atividade, Inflação e Juros										
PIB Real (%, a/a)	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,2	-3,9	4,6	2,9	3,0	1,3
Crédito (%, a/a)	7,00	-3,50	-0,40	5,10	6,4	15,6	16,5	14,0	6,9	8,3
Desocupação (%, fim de período)	9,10	12,20	11,90	11,70	11,1	14,2	11,1	7,9	8,2	8,6
IPCA (%, a/a, fim de período)	10,67	6,29	2,95	3,75	4,3	4,5	10,1	5,8	4,9	3,9
IGP-M (% a/a, fim de período)	10,54	7,17	-0,52	7,54	7,3	23,1	17,8	5,5	-3,5	4,0
Taxa Selic (%, fim de período)	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	9,25	13,75	11,75	9,50
Setor Externo e Câmbio										
Balança Comercial - (US$ bi)	13,7	40,2	56,0	46,6	35,2	50,4	61,4	61,8	70,0	62,0
Conta Corrente (US$ bi)	-54,8	-24,5	-22,0	-51,5	-65,0	-24,5	-28,1	-56,0	-43,0	-50,0
Investimento Direto no País (US$ bi)	64,7	74,3	68,9	78,2	69,2	37,8	53,3	90,6	80,0	80,0
Taxa de Câmbio (R$/US$, fim de período)	3,9	3,3	3,3	3,9	4,0	5,2	5,7	5,3	4,95	5,00
Fiscal										
Resultado Primário (% PIB)	-1,9	-2,5	-1,7	-1,5	-0,8	-9,4	0,7	1,3	-1,0	-0,7
Resultado Nominal (% PIB)	-10,2	-9,0	-7,8	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-4,7	-7,4	-6,8
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	35,6	46,1	51,4	52,8	54,7	62,5	57,2	57,5	60,4	64,0
Dívida Bruta do Setor Público (% PIB)	65,5	69,8	73,7	75,3	74,4	88,6	80,3	73,4	76,6	79,0

Assessoria Econômica

abbc.org.br
assessoriaeconomica@abbc.org.br

Av. Paulista, 1842 -15º andar -Conj. 156
Edifício Cetenco Plaza -Torre Norte –
Cerqueira César São Paulo –SP

Tel: (55) 11 3288-1688